

## A (IN)EXISTÊNCIA DE DISCIPLINAS COM A TEMÁTICA AFRO-BRASILEIRA NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**Italo Teixeira Chaves**

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil.  
Email: [italochaves55@hotmail.com](mailto:italochaves55@hotmail.com)

**Lyvia Ravena de Sousa Martins**

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil.  
Email: [lyviaravena355@gmail.com](mailto:lyviaravena355@gmail.com)

**Resumo: Introdução:** O presente estudo aborda os aspectos da educação brasileira no ensino superior e a cultura afro-brasileira. Problematiza se existem disciplinas que abordam temáticas da história e cultura afro-brasileira na Universidade Federal do Ceará. **Objetivos:** Tem como objetivo mapear os cursos de licenciatura da referida Instituição e as disciplinas voltadas às temáticas supracitadas nesses mesmos cursos. **Metodologia:** Utiliza-se de uma metodologia exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** Descobriu-se que existem disciplinas obrigatórias e optativas que abordam a cultura afro-brasileira, mas, na maioria dos cursos analisados, essa abordagem ocorre de maneira superficial em uma única disciplina. Além disso, há algumas disciplinas optativas, mas, devido seu caráter não obrigatório, não há como saber se elas estão de fato contribuindo para a formação docente no tocante à cultura afro-brasileira. **Conclusão:** Notou-se a partir dessa pesquisa que existem disciplinas nos cursos de graduação, no entanto, que estas são poucas e por isso podem não corresponder à necessidade dos cursos para formação de novos profissionais capazes de lecionar acerca do assunto de maneira precisa, sabida e corroborando com a promoção da equidade racial e manutenção da democracia.

**Palavras-chaves:** Lei 10639/2003. Ensino da cultura afro-brasileira. Análise curricular. Universidade Federal do Ceará.

### 1 INTRODUÇÃO

Levando em consideração a multiculturalidade e a diversidade étnica presentes no Brasil, é impensável conceber qualquer relação de convívio, seja em qual esfera for, que desconsidere a diversidade cultural. Destaca-se, nesse meio, a Educação como um dos campos de estudo que possibilita a compreensão da diversidade cultural brasileira. Para este trabalho, considera-se como objeto de estudo a diversidade etnico-racial no âmbito da história e cultura brasileira.

É necessário perceber que a educação brasileira não pode ser compreendida em sua totalidade sem levar em consideração as relações entre os diversos grupos étnicos que formam esta nação. E, por esse mesmo motivo, é preciso salientar que a formação da sociedade

brasileira foi pautada na escravidão, e, por isso, teve como um de seus resultados o surgimento de concepções e práticas racistas que perduram até os dias atuais. Concepções estas que são reproduzidas e presentes em todas as instâncias da vida do brasileiro.

Dessa forma, é importante refletir sobre quais mecanismos e bases as instituições políticas, culturais e, principalmente, as educacionais reproduziram e reproduzem os valores e padrões de uma elite dominante, em detrimento de outras visões de mundo e referências históricas.

Nesse contexto, compreende-se que a Educação é responsável pela sociabilidade dos seres humanos, pois ela possibilita a construção das identidades, a formação de valores éticos e morais, além de muitos outros processos também desenvolvidos nos ambientes educacionais, em especial, as escolas e universidades. No entanto, durante anos a educação assumiu um caráter homogeneizador, prevalecendo um padrão estético e histórico vinculado à sociedade européia, e excluindo, por exemplo, a referência negro-africana na formação da sociedade brasileira. Por isso, a educação têm tido como uma de suas funções o fortalecimento das visões de mundo e indivíduos da elite dominante, que consideram os valores europeus os “civilizados” e, portanto, devendo ser difundido dentro dos ambientes educacionais.

Essa difusão massiva de um padrão civilizatório e centrado unicamente nos padrões europeus culmina na reverberação de falas e atitudes racistas que muitas vezes se finda em violência física e até mortes violentas de pessoas negras, como é percebido no caso de Jorge Floyd, por exemplo, homem negro e norte americano morto asfixiado por um policial branco enquanto implorava por ar. Esse caso gerou grande comoção e revolta à nível global, e, infelizmente, este não é um caso isolado, como alguns canais de comunicação divulgam a cada episódio racista em que é repercutido. Como Floyd, houveram outras vítimas de racismo antes dele e provavelmente haverão outros depois. Diante disso, fica evidente a necessidade de mudanças educacionais antirracistas, que reconheçam e respeitem a história de pessoas negras e afrodescendentes.

No contexto brasileiro, o cenário se repete, casos como o do metalúrgico Luiz Carlos da Silva, de 56 anos, que foi abordado ao sair de um supermercado, em Limeira, interior de São Paulo, e teve que retirar a roupa para provar que não estava furtando nenhum objeto do local. A abordagem, classificada por ele como vexatória, foi filmada por diversos clientes do supermercado que se mostraram indignados com a exposição.

Em uma esfera mais próxima do espaço de análise dessa pesquisa, no nordeste do país, uma matéria jornalística apresentada pelo G1 mostra que na Bahia 100% das pessoas que sofreram violência policial em Salvador no ano de 2020 são negras e do sexo masculino, segundo levantamentos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), realizado a pedido do Profissão Repórter da TV Globo. Destaca-se ainda outro recente caso de racismo, no Ceará, onde a delegada Ana Paula Barroso foi colocada para fora de uma loja em um dos shoppings da cidade de Fortaleza pelo segurança com a justificativa de que eram "normas de segurança", segundo dados obtidos do jornal El País.

Estes são apenas alguns dos casos noticiados pela mídia e que ganharam visibilidade a partir da denúncia de casos explícitos de racismo diversamente - e cotidianamente - sofridos por pessoas negras em todos os espaços de suas vidas. Dessa forma, é imprescindível a existência de debates e problematizações acerca destes ocorridos, de modo que as discussões direcionem ao melhoramento da sociedade, com construção de políticas e ações afirmativas que auxiliem um povo que é historicamente oprimido.

Adichie (2019) relata sobre o poder estar relacionado com a habilidade de contar uma história de um povo e, além disso, torná-la verdadeira e definitiva. E assim vêm sendo narrada a história de povos afrodescendente, como aqueles menos favorecidos e sem grandes contribuições à sociedade. Defende-se, portanto, a construção de uma educação com discursos empoderadores e conscientizadores a respeito das identidades, produções e artes dos povos afrodescendentes.

Entende-se que um diálogo aberto faz parte de uma educação de qualidade e das lições aprendidas também nos espaços educacionais, embora muitas vezes haja o emudecimento no debate acerca das questões étnico-raciais além do mito de que a sociedade brasileira é acolhedora da diversidade e não há racismo aqui, esse silêncio é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação. Desta forma, é preciso quebrar o silêncio, combater o racismo e valorizar as diversidades étnico-raciais e promover a igualdade.

Por inúmeras décadas, a única história a ser contada nas escolas era a do branco, superior, sagaz e maravilhosamente perspicaz, aquele que conseguiu enriquecer-se e empoderar-se aqui às custas da escravidão animalizadora que Abdias tão bem aponta e do extermínio de inúmeras etnias indígenas. Temos um compromisso ideológico, epistemológico e político de denunciar que a democracia racial, parte de uma perspectiva sustentada por Gilberto Freyre (1987), em que a sociedade brasileira estaria isenta de conflitos raciais, não existe, nunca existiu (FERREIRA; ALMEIDA, 2018, p. 9).

Tomar consciência da necessidade de trazer à tona a diversidade é valorizar o legado africano. Além disso, os esforços dos movimentos sociais e as legislações internacionais como, por exemplo, a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, contribuíram para a promulgação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica e favoreceu mudanças na Educação das Relações Étnico- Raciais contemplando assim os materiais didáticos usados. A Lei nº 11.645/08 veio complementar, incluindo também a temática indígena. Com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Sendo assim, mesmo a lei sendo obrigatória apenas para o ensino escolar básico, é um consenso que a educação em todas as suas facetas tem papel fundamental na aplicabilidade da Lei e formação de novos profissionais capazes de lecionar acerca do assunto de maneira precisa, sabida e corroborando com a promoção da equidade racial e manutenção da democracia.

Sendo assim, é crucial uma mudança profunda na estrutura curricular das universidades, assim como um maior engajamento do corpo docente com a questão racial, já que é notado que uma das razões para a persistência do maior número de estudos sobre a aplicação da lei no ensino básico talvez possa estar relacionada com o fato da Lei 10.639/03 ter tornado obrigatória o ensino da História e Cultura Afrobrasileira voltadas para este âmbito de ensino, deixando de fora o ensino superior, o que pode ser a explicação da baixa produção acadêmica acerca do debate sobre currículo universitário e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, dessa forma, a escassez evidencia o comprometimento de grande parte da academia com os paradigmas eurocêntricos dominantes no modo de (não) discutir relações étnico-raciais.

Diante os aspectos e problemáticas que foram apresentados no entorno das bases educacionais e a cultura afro-brasileira, o presente estudo tenciona estudar a presença de disciplinas que abordem a história e cultura afro-brasileira no ensino superior, tendo como *locus* do estudo, a Universidade Federal do Ceará (UFC). Nesse sentido, tem o seguinte questionamento de investigação: Qual o cenário de disciplinas sobre a história e cultura afro-brasileira nos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Ceará?

Tem-se como objetivo dessa pesquisa mapear os cursos de licenciatura ofertados pela UFC e a partir disso realizar uma análise nos currículos dos cursos, buscando identificar disciplinas, sejam elas obrigatórias ou optativas, relacionadas ao ensino da cultura afro-brasileira. Para tanto, realiza uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, com

abordagem qualitativa a partir do método de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se para isso, dos sites e documentos institucionais.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é classificada quanto aos seus objetivos como exploratória e descritiva. Exploratória, pois, pretende-se expandir os conhecimentos no entorno da temática estudada para aproximar os pesquisadores do problema de pesquisa, além da possibilidade da criação de hipóteses sobre a problemática. É também descritiva considerando que intenciona detalhar o conteúdo estudado (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2008), nesse caso, o conteúdo serão as disciplinas que abordam a cultura afro nas disciplinas de licenciatura na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Para isso, realizou-se uma busca no site da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) para identificar, dentro dos cursos de graduação ofertados pela UFC<sup>1</sup>, quais destes eram de licenciatura. A relação dos cursos encontrados é apresentada no quadro 1, na seção seguinte deste trabalho. Foram encontrados mais de 30 cursos de licenciatura, em diversos campus da universidade.

A etapa seguinte a esse trabalho continua no viés exploratório, por meio da pesquisa documental. A partir dos cursos identificados, foram realizadas análises nas estruturas curriculares e nos planos das disciplinas ofertadas por cada curso, de modo a identificar possíveis disciplinas que abordassem a história e cultura afro-brasileira. Gil (2008) explica que a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, sendo que no primeiro caso deve-se explorar as fontes que servem de fundamento da pesquisa, onde, nesse caso, utilizaram-se documentos que não sofreram nenhum tratamento analítico.

Por fim, realiza análises qualitativas sobre o conteúdo coletado, refletindo sobre as formas como a cultura e história afro-brasileira está sendo apresentada no contexto da UFC, apresentando as possíveis disciplinas sobre a temática e eventuais lacunas que devem ser melhorada dentro da estrutura curricular dos cursos de licenciatura.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da metodologia descrita anteriormente, foram mapeados os cursos de licenciatura que são ofertados na UFC. O quadro 1 apresenta a relação de cursos

---

<sup>1</sup> Cursos de licenciatura da UFC: <https://prograd.ufc.br/pt/cursos-de-graduacao/?limit=todas>.

identificados, separados por campus. Existem cursos de licenciaturas em dois campus, sendo em Fortaleza, onde estão a maioria dos cursos, com 25 licenciaturas ministradas e Sobral, onde é ministrado apenas uma licenciatura. Além disso, há também cursos de licenciatura na modalidade à distância, onde foram contabilizados sete cursos.

**Quadro 1** - Cursos de licenciatura da UFC

CAMPUS	CURSOS
<b>Fortaleza</b>	Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Dança, Educação física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras - Espanhol, Letras Português/Espanhol, Letras Portugues/Alemão, Letras Português/Francês, Letras Português/Italino, Letras Português/Inglês, Letras - Línguas Clássicas Letras - Inglês, Letras - Libras, Letras - Português Licenciatura PITAKAJA, Licenciatura Intercultural Indígena Kuaba, Matemática, Música, Pedagogia, Química, Teatro.
<b>Sobral</b>	Música
<b>Virtual</b>	Física, Letras - Espanhol, Letras - Inglês, Letras - Português, Matemática, Pedagogia, Química

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Um aspecto sobre a UFC que é de importante destaque diz respeito aos seus campus, pois, além do campus de Fortaleza, na capital cearense, existem ainda outros quatro campus, a saber: Sobral, Quixadá, Crateús e Russas. Destes, apenas o campus de Sobral possui um curso de licenciatura. Este dado já evidencia a necessidade de se repensar a abertura de novos cursos de licenciatura.

Quanto aos objetivos desta pesquisa, no primeiro momento foram mapeados um total de 33 cursos de licenciatura diversificados quanto às suas áreas. Estes dados estão presentes no quadro 1. A partir disso, identificou-se a existência de disciplinas que abordassem a cultura afro-brasileira.

Dos 33 cursos analisados, descobriu-se que aproximadamente 24% dos cursos (N=8) não tinham na sua estrutura curricular disciplinas, sejam estas obrigatórias ou optativas, que abordassem de alguma forma aspectos relativos à cultura afro-brasileira. Por outro lado, a maioria dos cursos têm disciplinas que tratam dessa temática dentro das estruturas curriculares, tanto em caráter optativo como obrigatório. O quadro 2, apresentado a seguir, descreve quais disciplinas no âmbito da cultura afro-brasileira são ofertadas na UFC, sejam optativas ou obrigatórias. Salienta-se que é apresentado um panorama geral, que há especificidades em cada curso, logo, uma disciplina identificada como obrigatória, não está

necessariamente presente em todos os cursos de licenciatura. A mesma prerrogativa também é válida para as disciplinas optativas.

Quadro 2 - Disciplina com temáticas afro-brasileira ofertadas na UFC

DISCIPLINAS OFERTADAS	
OBRIGATÓRIAS	OPTATIVAS
Estudos Sócio-históricos E Culturais Da Educação História Da África Tradições Culturais Afro Brasileiras Diversidades Socioculturais Literaturas Africanas De Língua Portuguesa	Relações Etnico-raciais E Africanidades Raça, Etnia E Sociedade Educação Física E Multiculturalismo Capoeira História Dos Afrodescendentes No Brasil História Da África Contemporânea Fundamentos De História E Cultura Afro Brasileira Tópicos De Literatura Africana De Língua Portuguesa Cosmovisão Africana E Cultura Dos Afro Descendente No Brasil

Fonte: Dados da pesquisa. (2021).

O quadro apresenta um total de 13 disciplinas que abordam a temática afro-brasileira nos currículos. Dessas disciplinas, apenas cinco aparecem como obrigatórias. Dentre as disciplinas obrigatórias, a mais recorrente nos cursos de licenciatura é a disciplina de Estudos Sócio-históricos da Educação. Dentre os conteúdos abordados na disciplina estão questões relativas ao multiculturalismo e as políticas educacionais de ações afirmativas.

Outros aspectos mais relativos à cultura afro-brasileira estão identificados nas demais disciplinas obrigatórias, como por exemplo História da África, uma disciplina ofertada no curso de História, onde segundo a ementa são discutidos fontes, metodologias e fundamentos para o estudo da história da África. Outra abordagem a se destacar é por meio da disciplina Literaturas Africanas De Língua Portuguesa, obrigatória dos cursos de licenciatura em Letras de Fortaleza, onde são discutidas a Literatura de países como Angola, Cabo-verde e Guiné-Bissau.

É importante relacionar o ensino da cultura afro-brasileira com a Lei 10639 de 2003, na qual torna obrigatória o ensino nas escolas públicas e particulares do tema supracitado. Essa lei destaca que

O conteúdo programático [...] incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro

nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003).

Logo, a existência de tais disciplinas contribuem para a formação de professores que tenham conhecimento e estejam aptos a lecionar sobre a cultura afro-brasileira e colaborem para um ensino antirracista, que compreenda as subjetividades e processos que estão relacionados aos afrodescendentes. Complementamos essa ideia com um pequeno trecho extraído do livro *Pequeno Manual Antirracista*, de Djamila Ribeiro:

O mundo apresentado na escola era o dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido. Eu reparava que minhas colegas brancas não precisavam pensar o lugar social da branquitude, pois eram vistas como normais: a errada era eu. Crianças negras não podem ignorar as violências cotidianas, enquanto as brancas, ao enxergarem o mundo a partir de seus lugares sociais — que é um lugar de privilégio — acabam acreditando que esse é o único mundo possível. (RIBEIRO, 2019. p. 10)

A autora expressa uma realidade que todavia não é incomum: a naturalização de se estudar culturas Europeias, e acrescentamos ainda à Norte-Americana. Há um consumo de diversos produtos artísticos e culturais, sejam filmes, músicas, comerciais, aplicativos advindos desses locais. A educação, por sua vez, não está em um cenário diferente. É comum vermos discursos em que há a supremacia da Europa em detrimento da exploração de outros povos, sobretudo os Africanos. É algo que está tão imbricado no cotidiano que não há tantos questionamentos sobre esses processos e discursos resultados de uma forte colonização histórica.

A afirmação acima tem subsídios através dos dados coletados por esta pesquisa. Dos mais de 30 currículos investigados, descobriu-se a existência de apenas cinco disciplinas obrigatórias. Ressalta-se ainda, que algumas delas não são ofertadas em todos os cursos, como é o caso da disciplina História da África, a qual é exclusiva ao curso de história, ou a disciplina Literaturas Africanas De Língua Portuguesa, exclusiva aos cursos de Letras do campus de Fortaleza.

Por outro lado, as disciplinas optativas tiveram um resultado melhor, tendo o dobro de disciplinas optativas em comparação com as obrigatórias. Elas são oferecidas por diversos cursos e abordam perspectivas diferentes, o que percebe-se como um aspecto positivo. Entretanto, é preciso chamar atenção para a natureza da questão, ou seja, o caráter optativo de tais disciplinas. Isto é, a existência destas não garantem que elas sejam ofertadas com regularidade aos cursos de licenciatura. Nesse sentido, mesmo com uma grande diversidade



de disciplinas que dialoguem com a Lei 10.639 e o ensino da cultura afro-brasileira, não há como garantir que elas estejam, de fato, cumprindo com seu papel em contribuir com a formação de professores por não saber se as mesmas estão sendo ofertadas.

É preciso, nesses termos, ter atenção para o apagamento da cultura afro, de autores e autoras negras que abordam essa temática e saberes e que isso não seja refletido nas práticas de ensino. Ribeiro (2019, p. 24) salienta “A importância de estudar autores negros não se baseia numa visão essencialista [...] na crença de que devem ser lidos apenas por serem negros. A questão é que é irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber.”

A Universidade é, nesses termos, uma instituição que carrega a responsabilidade social de reconhecer a existência desse apagamento, bem como combater esse problema, estimulando a diversidade etnico-racial por meio de debates e políticas educacionais que corroborem para o cumprimento da Lei 10639/2003, bem como na formação de profissionais, sobretudo a formação de professores, que possam atuar de forma consciente em escolas, lecionando sobre aspectos da história e cultura afro-brasileira.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sociedade contemporânea tem passado por diversas mudanças, que perpassam tanto campos tecnológicos quanto sociais. Nesse entremeio, a Educação também passa por atualizações, tanto no Ensino Básico como no Superior. Alguns aspectos tradicionais e preconceituosos têm ficado de lado para dar espaço para disciplinas, diálogos e discursos que trazem como base o respeito às diferenças, às identidades, aos povos e à diversidade.

Este trabalho no primeiro momento identificou quais eram os cursos de licenciatura da UFC e quais destes tinham disciplinas voltadas à história e cultura afro-brasileira. Os resultados iniciais mostraram que existem ao todo 15 disciplinas nesse eixo. Esse resultado, por um lado, mostra que há matérias que subsidiam uma formação docente para o ensino do tema já citado. Por outro lado, indica ainda uma necessidade de rever alguns currículos, pois há mais de 20% dos cursos que ainda não trabalham a história e cultura afro-brasileira.

Percebe-se, portanto, que este é apenas um primeiro trabalho, no qual obteve-se um mapeamento do cenário das disciplinas sobre cultura afro-brasileira na UFC. A partir do investigado levantam-se novas questões: Os alunos acham as disciplinas ofertadas suficientes para debater esse tema? Como é esse cenário nos cursos de bacharelado? Qual o papel e

importância da biblioteca universitária na formação de um acervo que engloba a cultura afro-brasileira?

Esses são apenas alguns dos questionamentos que os autores levantam após o término dessa pesquisa. Acredita-se ainda que há muitos aspectos que precisam ser melhorados, tanto a nível de educação básica, quanto na superior. Logo, este estudo marca o início de outras problemáticas emergentes ao campo educacional, envolvendo a cultura afro-brasileira e a construção e defesa de um ensino antirracista e mais diversificado, promovendo a igualdade e equidade.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 01 out. 2021.

FERREIRA, Helder Sarmiento.; ALMEIDA, Viviane da Silva. Formação docente para a educação das relações étnico-raciais: o indígena e o negro no Brasil. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 16-29, 2018.

G1. Profissão Repórter. **Profissão Repórter mostra como o uso de câmeras pode diminuir as mortes provocadas por policiais**. G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/09/22/profissao-reporter-mostra-como-o-uso-de-cameras-pode-diminuir-as-mortes-provocadas-por-policiais.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

JUCA, Beatriz. **Delegada acusa Zara de racismo após ser barrada em shopping center de Fortaleza**. Fortaleza: El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-20/delegada-acusa-zara-de-racismo-apos-ser-barrada-em-shopping-center-de-fortaleza.html>. Acesso em: 01. Out. 2021

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019. 136 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.